

INFRA S.A.

ANÁLISE Nº 11/2024/GEPRO-INFRA/PRO-INFRA/DIREM-INFRA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AG-INFRA

PROCESSO Nº 50050.001106/2024-99

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E CUSTOS, ASSESSORIA DA DIRETORIA DE EMPREENDIMENTOS

## ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RLE Nº 07/2024

**OBJETO:** "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."

RECORRENTE:	Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda
RECORRIDA:	CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232

### 1. DAS PRELIMINARES

- 1.1. Trata-se de procedimento licitatório eletrônico da Lei nº 13.303/2016, para a "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."
- 1.2. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Licitações-e.
- 1.3. Após análise e julgamento dos preços ofertados e de sua documentação de habilitação, sagrou-se vencedora a proposta da Recorrida.
- 1.4. Ato contínuo, foram recebidos os Recursos Administrativos e as Contrarrazões da Recorrente e da Recorrida acima identificados, os quais são objeto de análise neste documento.

### 2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

- 2.1. Insurge a Recorrente contra a decisão que desclassificou a Recorrente e classificou e habilitou a Proposta do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, requerendo que sejam acolhidas as razões apresentadas a seguir, no sentido de reformar a referida decisão, com base nos seguintes motivos, em síntese:

#### 2.1.1. I - Desclassificação da recorrente pelo não cumprimento do desconto linear, conforme item 12.2 do Edital 07/2024;

"A INFRA SA através do ofício n.º 092/2024/GEPRO-INFRA/PRO-INFRA/DIREM-INFRA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AG-INFRA manifesta-se pela Desclassificação da empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda alegando que após uma análise preliminar restou verificado que não foi cumprido o desconto linear conforme item 12.2 do Edital 07/2024.

Contestamos tal afirmação, inicialmente porque só foi feita apenas uma análise preliminar e não identificamos em quais itens foram descumpridos os descontos lineares. Tal decisão não foi motivada indo de encontro a um dos princípios básicos que regem a Administração Pública, princípio este que consiste na exposição dos elementos que ensejaram a prática do ato administrativo, mais especificamente com a indicação de seus pressupostos fáticos e jurídicos, bem como a justificação do processo de tomada de decisão. Desta forma solicitamos que sejam

*indicados quais itens não obedeceram ao desconto linear para que possamos esclarecer os fatos."*

**2.1.2. II - Não aceitação dos atestados de capacidade operacional CAT 2055/2010 e CAT 81508/2010, fornecido pela recorrente;**

*"Em relação a análise dos documentos de Habilitação a INFRA AS se manifestou de forma a não aceitar nosso atestado de capacidade operacional desconsiderando a CAT 2055/2010 sob o argumento que no atestado não conta projetos de terraplenagem.*

*Os serviços descritos nesta CAT são a elaboração de projeto executivo de engenharia para obras e serviços de restauração com melhorias da rodovia BR 226. O atestado fornecido pelo DNIT – MA descreve explicitamente que realizamos estudos topográficos e geotécnicos para subsidiar entre outros os projetos de terraplenagem. Realizamos os projetos de restauração/reabilitação do pavimento de mais de trezentos quilômetros de rodovia dentre os quais os projetos de terraplenagem.*

*Interessante que foi aceito atestado de serviço idêntico para o consórcio declarado vencedor.*

*Em relação a CAT 81508/2010 fornecida pelo CREA SE só é aceito o mesmo pela INFRA AS unicamente para OAE, contudo novamente não existe nenhuma motivação para não aceitação em relação aos demais projetos.*

*Novamente estamos falando de projetos executivos de restaurações com melhoramentos de 382,79km de rodovias, onde consta pormenorizadamente todos os projetos elaborados.*

*Fica claro que atendemos a todas as condições do Edital, contudo não foram aceitos atestados validos, desta forma solicitamos reanálise dos documentos apresentados com a aceitação deles."*

**2.1.3. III - Desconsideração dos projetos de infraestrutura urbana para qualificação profissional da recorrente; e**

*"Em relação aos profissionais apresentados pela Geosistemas para comprovação de sua capacidade técnica profissional não entendemos por que a INFRA SA desconsidera atestados de projetos de Infraestrutura urbana na contagem do tempo dos nossos profissionais.*

*A infraestrutura de transportes refere-se a todos os modais de transporte, mobilidade urbana e estruturas necessárias para a circulação de pessoas, frotas, cargas e mercadorias, sendo a infraestrutura de mobilidade urbana composta de calçadas com passeios para trânsito de pedestres, ciclovias, vias automotivas, metroferrovias, hidrovias, estacionamentos, pontos de embarque e desembarque de passageiros e cargas; terminais, estações, conexões; sinalização viária e de trânsito, etc.*

*Inclusive o Edital é bem explícito em relação ao Coordenador quando diz pede experiência em serviços e engenharia consultiva relacionados a Infraestrutura de Transportes, conforme item 14.10.6*

*Desta forma, solicitamos a reanálise do tempo de todos nossos profissionais considerando o tempo de experiência dos atestados apresentados."*

**2.1.4. VI - Aceitação de engenheiro cartógrafo em discordância com o Edital;**

*"Importante destacar que a Administração Pública institui novas formas de contratação como o RDC e o Pregão como forma de desburocratizar, agilizar e garantir propostas mais vantajosas para a Administração e consequentemente economias significativas para o Erário. No entanto a INFRA SA mostra-se extremamente rigorosa com nossa proposta e benevolente com a do consórcio declarado vencedor que mesmo o Edital exigindo explicitamente engenheiro civil a INFRA SA aceita engenheiro cartógrafo. Se assim fosse deveria ter explicitado esta condição no edital pois as demais empresas também poderiam ter recorrido a outros tipos de profissionais para cumprir com as exigências do Edital."*

**2.1.5. V - Do pedido**

*"Ao desclassificar de forma equivocada a empresa Geosistemas e classificar também de forma equivocada o consórcio TPF/NORCONSULT a INFRA SA está promovendo um prejuízo ao erário de R\$ 8.279.270,03. Isto ocorre pelo fato da INFRA SA está desclassificando uma empresa que atendeu a todas as regras do Edital e ofertou o menor preço no valor de R\$ 12.406.488,85, promovendo um desconto de aproximadamente 50% ao preço originalmente orçado pela INFRA SA. Ao invés de classificar e aceitar uma proposta vantajosa para a Administração a INFRA SA está optando por contratar uma proposta no valor de R\$ 20.685.758,88, bem mais onerosa para o Erário.*

*Desta forma solicitamos pelo aqui exposto que seja revista a decisão da INFRA SA de desclassificar a proposta da Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda, declarando-a vencedora da licitação por ter ofertado a proposta mais vantajosa para a Administração."*

### 3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a Recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8623431, em síntese:

*"Adiante, encontram-se expostas as razões pelas quais o recurso em destaque não deve prosperar.*

#### ***I – DO PATENTE DESCUMPRIMENTO DE MÚLTIPLAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS PELO LICITANTE GEOSISTEMAS***

*A decisão dessa respeitável Comissão da Licitação que desclassificou e inabilitou a Recorrente se mostra, a rigor, imune a críticas. Isso porque a licitante Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda. descumpriu múltiplos itens do edital, a começar pela exigência de que as propostas fossem apresentadas com percentual de desconto incidindo linearmente sobre todos os produtos elencados na planilha de serviços. Quanto a isso, vale consultar a literalidade do instrumento convocatório:*

...

*Como visto, o edital, nesse particular, não deixa espaço a dúvidas: o percentual de desconto oferecido pela licitante em relação ao preço global de referência da licitação deve incidir de maneira linear sobre todos os itens de planilha, inexistindo liberdade para que os licitantes estabeleçam deságios distintos entre os produtos da planilha de serviços.*

*O edital, nesse particular, se encontra plenamente respaldado na Lei nº 13.303, cujo art. 54, inciso II, prevê, entre os critérios de seleção passíveis de adoção, o do maior desconto, sendo que o §4º, II, desse mesmo artigo prevê, textualmente, que “no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório”.*

*Sendo assim, ao fixar percentuais de desconto distintos entre os itens que compõem a planilha de serviços, a Recorrente violou não só a letra do instrumento convocatório, mas também determinação legal expressa, de modo que a sua desclassificação se mostra imperativa.*

*Aliás, diferentemente do que a Recorrente pretende fazer crer, essa respeitável comissão de licitação não deixou de informar o item de planilha que sofreu o desconto diferenciado, cuidando-se do item 2.1 da planilha apresentada, referente ao “Levantamento Aerofotogramétrico”. Tal circunstância é do pleno conhecimento da referida licitante, de modo que a decisão da comissão, nesse ponto, não padece de qualquer vício de motivação.*

*Como se não bastasse, ainda que a grave irregularidade da proposta da Geosistemas não tivesse existido, a Recorrente seria inexoravelmente excluída da licitação, por ter descumprido textual exigência de qualificação técnico-operacional.*

...

*O inciso II do item 14.5 fixa as parcelas de maior relevância dos serviços, as quais devem estar necessariamente incluídas em atestados de elaboração de projeto executivo de engenharia de infraestrutura ferroviária ou rodoviária. De imediato, é de se rechaçar qualquer alegação no sentido de que o edital teria exigido a comprovação de serviço idêntico ao objeto da licitação. Ora, o objeto da presente licitação corresponde à elaboração de projeto execu*

*tivo de obra ferroviária, ao passo que o edital admite atestações de projetos envolvendo obras rodoviárias, que correspondem à imensa maioria dos empreendimentos viários executados no Brasil. Além de não haver satisfeito a exigência de qualificação técnico-operacional do item 14.5, II, do edital, o que por si só seria suficiente para a sua inabilitação, observa-se que, no capítulo técnico-profissional, mais uma vez que a licitante Geosistemas dá mostras claras de que não dispõe das credenciais técnicas necessárias à perfeita execução contratual.*

...

*No capítulo da qualificação técnico-profissional, portanto, o instrumento convocatório exige tempo de experiência mínima dos profissionais igual ou maior do que 10 anos, sendo que, em relação ao Coordenador Geral do Contrato, as atestações devem fazer referência a serviços de engenharia consultiva prestados em meio a empreendimentos de Infraestrutura de Transportes, ao passo que, para as demais funções, a experiência a ser comprovada diz respeito a Página 7 de 14 projetos rodoviários, ferroviários e metroviários, esse último modal inadmitido apenas na parcela “B”.*

*Desde já, fica claro que, ao contrário do que a Recorrente tenta fazer crer em suas razões recursais, o edital não pede a comprovação de experiência em serviços idênticos aos do objeto da licitação (projeto executivo de ferrovia). Bem ao contrário, segundo o edital, são admissíveis, para fins de qualificação técnica dos profissionais, serviços de engenharia consultiva similares, a exemplo de projetos de infraestrutura de transportes (apenas para a função de coordenador geral), além de atividades técnicas exercidas em empreendimentos rodoviários e metroviários (e não só ferroviários).*

*Portanto, é impossível aceitar a alegação, constante das razões recursais, de que o edital teria violado orientações do Tribunal de Contas da União, ao requerer a comprovação de experiência prévia em empreendimentos idênticos ao licitado. Tal afirmação não se mostra aderente à realidade, na medida em que, como visto, para cada função, o edital delimita um amplo conjunto de empreendimentos que podem ser considerados similares em dimensões e complexidade e que, assim, podem ser admitidos para fins de comprovação da experiência dos profissionais indicados.*

*O equívoco da licitante ora Recorrente reside na extrapolação desse conjunto de empreendimentos similares, anexando, para tal finalidade, atestados relativos a projetos de infraestrutura urbana, os quais não detêm qualquer vinculação à implantação de ferrovias, rodovias ou metrô. Conforme relatado anteriormente, o instrumento convocatório não admite tais atestações em qualquer das parcelas elencadas no item 14.10.6.*

*Em relação à função de Coordenador Geral, o edital chega a aceitar atestações relativas a projetos de infraestrutura de transportes, jamais de infraestrutura urbana. Nas demais funções, a experiência deve ser comprovada no contexto da elaboração de projetos de empreendimentos rodoviários, metroviários ou ferroviários.*

*Destaca-se que as experiências em projetos de Infraestrutura urbana não compreendem as áreas de atuação previstas no elenco do item 14.10.6 do edital, visto que a elaboração de projetos de vias urbanas, de um lado, e de projetos rodoviários, metroviários ou ferroviários, de outro, envolvem considerações e níveis de complexidade absolutamente distintos entre si, devido às suas finalidades e contextos de utilização.*

*A elaboração de projetos de vias urbanas (exemplo de infraestrutura urbana) em contexto algum pode ser equiparada a um projeto de obra viária – inclusive rodoviária – haja vista as inúmeras distinções de técnica, metodologia, finalidades e contextos de utilização existentes entre esses dois tipos de projeto, os quais possuem detalhes específicos que variam. Página 8 de 14 substancialmente devido às necessidades específicas de desenvolvimento, considerando o contexto urbano versus rural/interurbano.*

*Sendo assim, andou bem a comissão de licitação da VALEC quando desconsiderou os atestados da Recorrente relativos a projetos de infraestrutura urbana, os quais, sabidamente, não estão vinculados a obras ferroviárias, rodoviárias ou metroviárias, conforme exigência editalícia.*

*Não resta dúvida, assim, quanto ao acerto da decisão da comissão de licitação da VALEC que excluiu do certame a licitante Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda., uma vez que, inegavelmente, a Recorrente descumpriu múltiplas exigências editalícias, das quais decorrem, em primeiro lugar, sua desclassificação e, como se não bastasse, a sua inabilitação, por não haver cumprido os requisitos de qualificação técnica do edital.*

## **II. DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL POR PARTE DO CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232**

*Conforme ressaltado anteriormente, as exigências de habilitação referentes ao capítulo de capacidade técnico-profissional se acham dispostas no item 14.10 do edital. Entre outras imposições, o instrumento convocatório, nesse ponto, requer a apresentação de atestados de capacidade técnica, sendo no mínimo 1 (um) atestado para cada categoria de profissional indicada no item 14.10.6.*

*Nesse item, o instrumento convocatório elenca um total de 7 parcelas de maior relevância a serem comprovadas pelas licitantes, sendo que a última delas diz respeito à “elaboração de projetos e/ou estudos de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM”. Por parte do profissional detentor do atestado, exigiu-se experiência profissional maior ou igual a 10 anos, bem como formação de nível superior sênior em engenharia.*

...

*O Consórcio Recorrido cumpriu integralmente as exigências de qualificação técnico-profissional anteriormente mencionadas. Tanto assim, que foi considerado habilitado por essa respeitável CPL. Quanto à parcela referente ao projeto de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, o Consórcio apresentou, em sua documentação de habilitação, atestações em nome da Engenheira Maria Angela Nava, diplomada em 16 de janeiro de 1981 pela Universidade Federal de Pernambuco. Em seu nome, foi apresentado um total de 10 atestados, relativos a serviços executados entre os anos de 2001 e 2022.*

*As atestações dizem respeito a projetos de obras viárias, sendo que, em todos eles, a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava aparece como engenheira especialista responsável pelos projetos de terraplanagem de obras viárias, ou seja, a profissional em destaque não apenas compôs a equipe que cuidou dos referidos projetos, mas assumiu a responsabilidade técnica pela integralidade dos projetos de terraplanagem.*

*Vale mencionar, inclusive, que, entre os atestados apresentados, o de nº 7 diz respeito à elaboração do projeto executivo de infraestrutura e de superestrutura das obras de implantação da Ferrovia*

*Transnordestina no Estado de Pernambuco, cuja licitação foi levada a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nesse contrato, a Engenheira Maria Angela Nava assumiu, mais uma vez, a posição de engenheira especialista responsável pelo projeto de terraplanagem.*

*Isso significa, portanto, que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar projetos dessa natureza.*

*Aliás, caso houvesse alguma extrapolação das atribuições do engenheiro cartógrafo no fato de esse profissional assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projeto de terraplanagem de obra viária, o CREA teria se negado a registrar as anotações de responsabilidade técnica em nome da Maria Angela Nava, algo que não ocorreu. Na verdade, consultando a documentação técnica apresentada em nome da referida profissional, o que se observa é que a cada atestação emitida corresponde a pertinente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA competente, o que, na prática, elimina qualquer cogitação em torno de uma possível atuação profissional desbordante por parte da mencionada engenheira.*

*Pois bem, dito tudo isso, já é possível concluir que a irresignação da Recorrente não encontra respaldo normativo, tratando-se de interpretação da norma editalícia que não encontra sustentação na regulamentação do exercício profissional das especialidades da engenharia, além de se apegar a um formalismo excessivo no intuito de confundir a comissão de licitação e induzi-la ao erro, no que tange à habilitação do Consórcio TPF-NORCONSULT – EF-232.*

### **III – DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE: A VEDAÇÃO DO EXCESSO DE RIGOR NA INTERPRETAÇÃO DO EDITAL**

*No caso dos autos, conforme demonstrado anteriormente, a profissional indicada pelo Consórcio Recorrido para dar cumprimento ao exigido no item 14.10.6, parcela “G”, do edital (projeto de terraplanagem de obra viária) já atuou como engenheira especialista corresponsável pela elaboração do projeto de terraplanagem do trecho pernambucano dessa mesma Ferrovia Transnordestina. Tal contrato foi firmado no ano de 2009 junto ao Estado de Pernambuco e foi integral e satisfatoriamente executado, sendo que a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava figura na atestação emitida pela SDEC/PE como corresponsável técnica pelo projeto de terraplanagem do trecho pernambucano da ferrovia (atestado nº 07).*

*Agrediria o bom senso e o princípio da razoabilidade eventual decisão da VALEC que rejeitasse o nome dessa mesma engenheira para atuar exatamente no escopo por ela executado relativamente à mesma ferrovia Transnordestina. Isso porque a atestação constante dos autos já demonstrou que a engenheira em destaque detém as credenciais técnicas necessárias à elaboração de projeto de terraplanagem da Ferrovia Transnordestina. Rejeitar o seu nome para esse mesmo serviço, neste instante, corresponderia a verdadeiro absurdo, contrário ao juízo mais elementar de razoabilidade, justamente por decorrer de uma interpretação do edital excessivamente rigorosa, que despreza a realidade para tolher indevidamente a competitividade do certame.*

...

*Portanto, na interpretação dos editais de licitação, deve-se buscar o sentido que privilegie a maior participação e não o contrário. Na espécie dos autos, a única forma de se atingir um nível razoável de formalismo na interpretação do edital é aceitando que uma profissional da engenharia que já entregou um projeto de terraplanagem para essa mesma ferrovia Transnordestina, tendo executado à perfeição essa tarefa, possa ser indicada para novamente se desincumbir dessa atividade, sobretudo porque o atestado técnico por ela apresentado apresenta um nível de proximidade com os serviços a serem desempenhados que supera em muito a mera semelhança.*

*No caso em apreço, o descarte da proposta do Consórcio Recorrido em função de uma exegese desarrazoada de um único item do instrumento convocatório colide com a finalidade precípua dos procedimentos licitatórios, vale dizer, a obtenção da proposta mais vantajosa para a entidade, a partir de seleção marcada pela ampla competitividade. Aliás, em sua jurisprudência selecionada, o Tribunal de Contas da União possui excerto que consagra a ideia de que, ainda que exista defeito na proposta ou documentação apresentada – algo que se admite, no presente caso, apenas para efeito de argumentação – a proposta mais vantajosa não deve ser excluída do certame, quando o problema verificado disser respeito a um único item editalício.*

...

*Tal entendimento se aplica à perfeição ao caso ora em análise, sobretudo porque a profissional indicada pelo Consórcio recorrido comprovou, sem espaço a questionamentos, que está tecnicamente habilitada para responder pelo projeto de terraplanagem da Ferrovia Transnordestina. A rejeição dessa documentação, portanto, decorreria de uma leitura do edital que despreza a realidade dos fatos para se ater a um formalismo de visão estreita que prejudica a*

*competitividade do certame, algo que não pode ser aceito, porque contrário, entre outros, ao princípio da razoabilidade."*

3.2. Ao final, requereu que sejam acolhidas as contrarrazões apresentadas, no sentido de que *"seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA., quanto à acertada exclusão da Recorrente do certame, a qual descumpriu uma série de exigências editalícias, e, também, no ponto relativo à habilitação do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232, haja vista o notório cumprimento, por parte do Recorrido, de todos os requisitos fixados no edital."*

#### **"VI - PEDIDO**

*Por todo o exposto, o Recorrido requer seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA., quanto à acertada exclusão da Recorrente do certame, a qual descumpriu uma série de exigências editalícias, e, também, no ponto relativo à habilitação do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232, haja vista o notório cumprimento, por parte do Recorrido, de todos os requisitos fixados no edital."*

#### **4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PELA ÁREA TÉCNICA:**

4.1. Posto o encarte acima, passa-se a analisar o amago do Recurso Administrativo pela empresa Recorrente, que, como já foi possível concluir, versa sobre as exigências de desconto linear e sobre as qualificações técnicas do instrumento convocatório. O cerne da questão é se a Recorrida cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Edital em relação à Proposta de preços e à Qualificação Técnica Profissional.

4.2. **I - Desclassificação da Recorrente pelo não cumprimento do desconto linear, conforme item 12.2 do Edital 07/2024;**

4.2.1. Em que pese neste ato as discussões serem quanto à proposta do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, a Recorrente aproveitou-se da oportunidade para solicitar esclarecimentos da INFRA S.A. quanto ao que está consignado no Ofício nº 092/2024/GEPRO-INFRA/SUPRO (SEI nº 8419430), por meio do qual recomendou-se sua inabilitação.

4.2.2. Nesse sentido, em esclarecimento ao ponto que resultou no descumprimento da exigência do edital, observa-se que o desconto global associado à proposta da empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda é de 50,01%, por outro lado, os descontos associados à maioria dos itens/produtos dessa mesma proposta é de 50,41%, com atenção especial para o produto 2.1. LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAF MÉTRICO, que teve seu desconto de 36,25%.

4.2.3. Em síntese, a situação brevemente delineada materializa o descumprimento do subitem 12.2 do Edital 07/2024.

4.3. **II - Não aceitação do atestado de capacidade operacional CAT 2055/2010, fornecido pela Recorrente;**

4.3.1. A Recorrente alega que em seu atestado de capacidade operacional CAT 2055/2010 contempla sim a elaboração de projetos de terraplanagem, bem como na CAT 81508/2010 contempla outras disciplinas além de OAE, todavia, mesmo reanalizando toda a documentação e argumentação trazidas pela requerente, não foi localizada a comprovação de elaboração de projeto de terraplanagem na CAT 2055/2010, nem de elaboração de projetos de Obras de Artes Especiais (OAE) na CAT 81508/2010, tão pouco foram apresentadas documentações complementares comprobatórias. Neste ponto, insta registrar que a "elaboração de projeto de recuperação de OAE", conforme descrito na CAT 81508/2010, é atividade que não comprova, em termos de complexidade, o exigido no Termo de Referência, que seria a elaboração do projeto de OAE.

4.4. **III - Desconsideração dos projetos de infraestrutura urbana para qualificação profissional da Recorrente;**

4.4.1. No que tange à Qualificação Profissional, a Recorrente alega que foi desconsiderado atestados de projetos de infraestrutura urbana na contagem do tempo dos profissionais. Quanto ao tema, este setor técnico entende que cabe a consideração da Recorrente somente para o cargo de Coordenador Geral do Contrato. Para os demais profissionais está expressa a exigência de qualificação em projetos ferroviários, rodoviários ou metroviários, nos termos da Tabela 3 do Termo de Referência.

4.5. **VI - Aceitação de engenheiro cartógrafo em discordância com o Edital;**

4.5.1. Quanto a formação dos profissionais, foi alegado, pela Recorrente, que a Engenheira Maria Ângela, designada para a disciplina terraplenagem pela Recorrida, não comprovou formação em engenharia civil e sim em engenharia cartográfica, estando em desacordo com as premissas do edital.

4.5.2. Embora a profissional tenha apresentado documentação sobre sua atuação em projetos de terraplenagem, ao reanalisar os documentos apresentados pela Recorrida, esta área técnica decidiu acatar as justificativas da Recorrente. Isso se deve ao fato de que, apesar de a Engenheira Cartográfica Maria Ângela Nava ter **apresentado documentação de sua atuação na elaboração de projetos de terraplenagem**, o Termo de Referência, na Tabela 3, do item 6.5, especifica categoricamente a necessidade de formação em Engenharia Civil para a categoria de engenheiro especialista em terraplenagem. Assim, a profissional apresentada pela Recorrida é formada em Engenharia Cartográfica, portanto, não atende aos requisitos especificados no Termo de Referência.

#### 4.6. V - Do pedido

4.6.1. Quanto à solicitação da Recorrente de revisão da decisão da INFRA S.A. de desclassificar a proposta da Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda, declarando-a vencedora da licitação por ter ofertado a proposta mais vantajosa para a Administração, a Recorrida requer que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda, alegando que essa que descumpriu uma série de exigências editalícias.

4.6.2. Quanto ao tema, esta área técnica reanalisou a Documentação de Habilitação GEOSISTEMAS (SEI nº 8397363) e, mesmo após uma nova avaliação visando reconsiderar possíveis novas comprovações de experiência profissional em **elaboração de projetos e/ou estudos** de: (i) geotecnia; (ii) obras de arte especiais; (iii) superestrutura; e (iv) terraplenagem, nas áreas ferroviária, rodoviária ou metroviária, ratifica-se a decisão contida no Ofício nº 92/2024/GEPRO/SUPRO/DIREM (SEI nº 8419430), em função dos tempos de experiência contabilizados não atenderem o mínimo previsto no Termo de Referência. Restou evidenciado, portanto, que a experiência total de 10 anos dos profissionais apresentados não foi comprovada e a Recorrente apresentou documentação incompleta, sem comprovação de experiência para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Geometria, não atendendo integralmente ainda aos demais requisitos editalícios em relação à Proposta de Preços e à Qualificação Técnica.

4.6.3. Concernente à alegação de que a INFRA S.A. estaria promovendo um prejuízo ao erário de R\$ 8.279.270,03, pelo fato da INFRA S.A. estar desclassificando uma empresa que ofertou o menor preço no valor de R\$ 12.406.488,85, optando por contratar uma proposta no valor de R\$ 20.685.758,88, consigna-se que para eventual habilitação de licitantes é necessário considerar, além da proposta de preços, outros requisitos para atendimento ao Edital, tais como a Qualificação do Fornecedor, nos termos do Item 6. do Termo de Referência, em respeito aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia aos licitantes, descabendo assim qualquer possibilidade de provimento quanto a mencionada alegação da Recorrente.

### 5. DA CONCLUSÃO

5.1. Ante exposto, considerando as razões recursais e a alegação de que a INFRA S.A. classificou de forma equivocada o Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232, esta área técnica conclui que, em relação à Qualificação Técnica Profissional, a Recorrida não cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Termo de Referência, pois descumpriu o subitem 6.5., Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, apresentando uma profissional com formação diferente da prevista no Termo de Referência.

5.2. Portanto, esta área técnica entende que o **Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232** deve ser considerado **inabilitado** quanto à Qualificação Técnica Profissional para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Terraplenagem.

5.3. Por fim, conclui-se que a empresa **Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda** deve ser mantida **inabilitada** visto que a Recorrente apresentou documentação incompleta e não atendeu na integralidade aos requisitos editalícios em relação à Proposta de preços e à Qualificação Técnica previstos no Termo de Referência.

(assinado eletronicamente)  
ALESSANDRA ESPINELI SANT'ANNA  
Gerente de Projetos de Engenharia

(assinado eletronicamente)  
LUIZ GONZAGA DE SOUSA CONGUÊ  
Gerente de Custos

De acordo, encaminha-se à DIREM.

(assinado eletronicamente)  
SÉRGIO NUNES DE FARIA  
Superintendente de Projetos e Custos

De acordo, encaminha-se à Comissão Permanente de Licitação, C/C à SULIC e à DIRAF  
(para ciência).

(assinado eletronicamente)  
ANDRÉ LUÍS LUDOLFO DA SILVA  
Diretor de Empreendimentos



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nunes de Faria**, Superintendente de Projetos e Custos, em 29/07/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gonzaga de Souza Congue**, Gerente de Custos, em 29/07/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Espineli Sant'Anna**, Gerente de Projetos de Engenharia, em 29/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Ludolfo da Silva**, Diretor de Empreendimentos, em 29/07/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),  
informando o código verificador **8604041** e o código CRC **0BD5714F**.



Referência: Processo nº 50050.001106/2024-99



SEI nº 8604041

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70.070-010  
Telefone: